

UM PERFIL DA EXPANSÃO CANAVIEIRA NA ALTA PAULISTA

José Hélio da Silva ¹

zeguarani@yahoo.com.br

Resumo – O artigo procura analisar, com base nos resultados de pesquisa em curso, a expansão da cana-de-açúcar na micro-região da Alta Paulista e seus principais aspectos. Assim, ao final da explanação, chegamos à conclusão de que o esgotamento da agricultura familiar, o empobrecimento e a expropriação dos pequenos produtores, a substituição de áreas anteriormente destinadas à produção de alimentos e atualmente voltadas à monocultura da cana-de-açúcar e o êxodo rural constituem resultado direto da gestão da ideologia do agronegócio, tendência verificada a partir dos anos 90 e altamente difundida no início do século XXI.

Palavras-chave: Alta Paulista, cana-de-açúcar, substituição de culturas, agroindústria canavieira, êxodo rural.

Abstract – The article tries to analyze, with base in the research results in course, the expansion of the sugar cane in the microregion of the Alta Paulista and their main aspects. Like this, at the end of the explanation, we reached the conclusion that the exhaustion of the family agriculture, the impoverishment and the expropriation of the small producers, the substitution of areas previously destined to the production of foods and now returned to the monoculture of the sugar cane and the rural exodus constitute direct result of the administration of the ideology of the agronegócio, tendency verified starting from the nineties and highly spread in the beginning of the century XXI.

Key-words: Alta Paulista, sugar cane, crop substitution, sugar cane agro-industry, rural exodus.

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Marília.

1 INTRODUÇÃO

Antes de discorrermos sobre a atual expansão da cana-de-açúcar na Alta Paulista, dentro do contexto do agronegócio sob a égide das energias renováveis, julgamos pertinente a realização de um breve esboço acerca das primeiras instalações das usinas e destilarias na região em estudo, fato verificado na segunda fase do PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool), denominada de “Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo” (PRÓ -OESTE).

A micro-região da Alta Paulista, com 8.484 Km quadrados, polarizada por Marília, apresentava na década de 70 uma cultura diversificada, com base na produção de café, amendoim, algodão, milho e arroz. A cana-de-açúcar da área naquela época destinava-se à usina Paredão, localizada no município de Oriente. (SOARES, 2000).

O espaço rural do Oeste-paulista, e particularmente, da Alta Paulista, sofreu transformações significativas após a implantação da segunda fase do PROÁLCOOL. A Micro-Região da Alta Paulista, além da produção cafeeira, agregava na época uma forte atividade pecuarista, onde o gado se constituía em excelente investimento, entretanto, os pecuaristas, “atendendo o chamamento da Pátria”, como eles mesmos se referem,

enxergaram na cana-de-açúcar uma atividade agrícola moderna que, subsidiada pelo Governo Federal, oferecia vantagens creditícias que mesmo o mais bem-sucedido pecuarista se sentiria atraído em mudar de ramo.

Esta oportunidade se concretizou para os pecuaristas e demais empresários que não atuavam no ramo graças ao Segundo Choque do Petróleo. O IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), que na primeira fase do PROÁLCOOL, havia estabelecido como meta atingir em cinco anos 3,0 bilhões de litros de álcool tinha na segunda fase a meta ambiciosa de atingir em cinco anos “10,7 bilhões de litros de álcool, o equivalente a 170 mil barris de petróleo-dia”. (BRAY, FERREIRA; RUAS, 2000, p. 56-57). Durante esta segunda fase do PROÁLCOOL o programa não se constitui apenas como uma simples forma de alternativa energética ou uma oportunidade de resolver os problemas financeiros dos usineiros, advindos do Fundo Especial de Exportação, como ocorreu na primeira fase. O PROÁLCOOL neste segundo momento visava substituir, sobretudo, a gasolina, porém, persistia a política dos créditos subsidiados. Nas palavras de Andrade (1994, p. 65):

[...] por intermédio do programa, teriam um financiamento de 90% para investimentos com a

implantação das destilarias e de 100% para a fundação das safras, financiamento pago com grande período de carência e juros inferiores à inflação.

Assim, após a segunda fase do PROÁLCOOL, houve um crescimento significativo da produção alcooleira, devido à criação das novas destilarias autônomas, muitas delas no Centro-Sul, e do conseqüente aumento da capacidade produtiva, sobretudo nesta última região, visto que o estado de São Paulo surge como responsável, naquele período, por 72,79% da produção alcooleira nacional.

Importante destacar que a nova configuração da produção alcooleira neste período foi determinada pelo incentivo do Governo Federal e Estaduais não somente aos empresários oriundos da atividade cafeeira e pecuarista, mas também a um acordo com a indústria automobilística. Com isso, a demanda por carros movidos a álcool cresceu substancialmente, visto que o Governo reduziu os impostos, concedeu financiamento subsidiado e fixou o preço do álcool em 50% do da gasolina, passando posteriormente para 65% e 75% respectivamente. Além disso, o consumidor de carro a álcool pagava apenas 3% da Alíquota do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) enquanto que os proprietários de carro a gasolina contribuíam com 4%. Incentivos que conduziram a um

crescimento significativo do consumo de carros a álcool, uma vez que corresponderam a 95% da produção total de veículos em 1985 (VIAN, 2003).

Para Vian (2003, p.90):

As políticas de incentivo ao álcool combustível mantiveram e aprofundaram algumas características do Complexo Canavieiro, tais como: a integração vertical para trás, a heterogeneidade produtiva, o baixo aproveitamento dos subprodutos do processamento industrial da cana e a falsa competitividade baseada nos baixos salários e em más condições de trabalho na lavoura e na indústria.

Dessas características elencadas pelo autor, a que chama mais atenção da opinião pública² atualmente é a situação degradante do cortador-de-cana no complexo canavieiro do Brasil e, em especial, de São Paulo. Quanto à integração vertical para trás da agroindústria canavieira, nota-se que esta característica foi preterida e limitada pelo Estatuto da Lavoura Canavieira (1941) em 60% das áreas agrícolas da usina, porém,

² Segundo notícia veiculada na Agencia Brasil de Brasília no dia 15/04/2008 a CPT informa que a cana-de-açúcar é a principal atividade responsável pelo aumento do trabalho escravo no país em 2007. De acordo com os dados expostos no caderno "Conflitos no Campo 2007" publicado pela Comissão Pastoral da Terra, o número dos trabalhadores explorados subiu de 6.930, em 2006, para 8635, em 2007. O crescimento mais significativo ocorreu na região Sudeste, onde o número passou de 279 para 705. E um dado geral impressionante e alarmante: dos 5974 casos envolvendo trabalho escravo, 52% foram detectados no setor sucroalcooleiro.

foi mantida e incentivada pelo decreto que originou as destilarias autônomas de álcool, já que previa que as unidades industriais deveriam possuir as terras destinadas ao cultivo da cana. Fato que corrobora o poder político dos novos agentes que adentravam no setor canavieiro.

Consolidado o contexto facilitador para os novos e também tradicionais agentes do setor canavieiro associados com o capital da indústria automobilística (ANFAVEA) e com as indústrias nacionais de equipamentos (ZANINI e DEDINI), todos orquestrados pelo Governo Federal, restava a expectativa quanto aos lucros auferidos por cada setor. Entretanto, nem tudo correu conforme o previsto. Na análise de Szmrecsányi e Moreira (1991, p. 72-73):

Todas essas condições extremamente vantajosas capacitaram a agroindústria canavieira do Brasil a rapidamente alcançar e ultrapassar as metas de produção governamentais. Nos primeiros dez anos de existência do PROÁLCOOL, a produção brasileira de álcool aumentou a uma taxa média de 35% ao ano, sem que o setor deixasse de produzir quantidades volumosas de açúcar, tanto para a exportação quanto para o mercado interno. Uma tão rápida expansão só era possível à custa de grandes e graves distorções. No plano agrícola, ela provocou o excessivo crescimento de uma monocultura cheia de riscos, bem como uma exagerada concentração fundiária, extremamente deletéria do

ponto de vista social. Mas, os seus efeitos no plano energético acabaram sendo talvez ainda mais destrutivos levando a agroindústria canavieira a um confronto direto, primeiro com a Petrobrás, depois com o Governo e, finalmente com os três interesses econômicos da sociedade brasileira como um todo.

Antes de discorrermos acerca de mais uma crise do setor canavieiro, advinda da queda internacional dos preços do petróleo, voltaremos nossa atenção à realidade da lavoura canavieira expandida na região da Alta Paulista no contexto da segunda fase do PROÁLCOOL.

Com a expansão do PROÁLCOOL em sua segunda fase, desde o fim dos anos setenta, instalaram-se na região da Alta Paulista oito destilarias num raio de cem quilômetros. A ocupação de áreas pela lavoura canavieira, que anteriormente eram destinadas à pecuária e à atividade cafeeira, provocou significativas mudanças nas relações de trabalho, nas formas de exploração da terra e no valor comercial das mesmas. No entanto, mesmo diante da nova configuração da agricultura da Alta Paulista no contexto do PROÁLCOOL, verificou-se que a alteração fundiária não foi tão intensa, visto que conforme análises das Casas da Agricultura locais e do próprio INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a atividade que mais rendeu concentração fundiária foi a pecuária de corte, já que as usinas

adquirem a cana-de-açúcar de produtores independentes (fornecedores) ou arrendam propriedades para cultivar o seu produto.

É importante sublinhar que a substituição de áreas cafeeiras por áreas canavieiras em fins da década de setenta na Alta Paulista não se deu exclusivamente por causa do contexto do PROÁLCOOL, mas também (mesmo que em menor medida) foi determinada pela ocorrência de uma forte geadada que assolou a economia cafeeira da região e parte do estado do Paraná. Fato que não somente assolou a economia cafeeira da Alta Paulista como determinou a perda da segunda posição em termos de produção cafeeira do Brasil ao Paraná, visto que em decorrência das perdas acarretadas pela geadada, o estado de Minas Gerais passava a ser o segundo maior produtor de café.

Portanto, mais que um programa alternativo voltado para a substituição de energia ou substituição à gasolina, o PROÁLCOOL direcionado para as áreas não-tradicionais do setor alcooleiro, dentre elas, a região do Oeste Paulista e, conseqüentemente, a Alta paulista, se revelou o “salvador” dos produtores de café naquelas regiões que foram mais intensamente devastadas pela geadada de 1975/1976. Quanto aos pecuaristas, estes também se sentiram atraídos pelos incentivos governamentais, uma vez que, como já ressaltado anteriormente, os

lucros a serem auferidos seriam mais compensatórios.

Apesar de num primeiro momento, os pecuaristas optarem pela cana-de-açúcar em detrimento da pecuária, verifica-se o inverso uma década depois, justamente pela ocorrência de mais uma crise do álcool. Assim, diminuiu-se a área de cana plantada ao passo que aumentava consideravelmente as áreas de pastagens na Alta Paulista. Esta tendência acabou por acelerar ainda mais o êxodo rural, trazendo como conseqüência imediata a precariedade das condições de vida nas periferias das pequenas cidades da região em estudo.

No que tange à situação da agricultura familiar e do espaço rural como um todo na Alta Paulista, Gil (2007, p. 82) aponta que:

Durante a fase da cafeicultura e da policultura, predominavam as pequenas propriedades rurais, com exploração familiar direta. A decadência do setor cafeeiro, nos anos de 1970 e 1980, provocou a substituição de lavouras de café e de cereais por pastagens (pecuária bovina de corte, especialmente) e por canaviais. As famílias migraram para os centros industriais, principalmente São Paulo, Campinas, Americana, Limeira e Jundiaí. Outras venderam suas terras para usineiros e pecuaristas e migraram para o Centro-Oeste ou para a periferia da Amazônia. Outros, com menor poder aquisitivo, e com menor qualificação profissional (principalmente ex-empregados, meeiros e porcentageiros)

instalaram-se nas próprias cidades da região, tornando-se trabalhadores volantes (bóias-frias).

Acerca das instalações imediatas das destilarias na Alta Paulista no contexto da segunda fase do PROÁLCOOL, denominada “Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo – PRÓ-OESTE” – com vistas ao “equilíbrio econômico regional”, destaca-se a criação das destilarias Vale Verde S. A no município de Junqueirópolis em 1978, Central de Álcool Lucélia no município de Lucélia, em 1979, Destilaria de Álcool Califórnia no município de Parapuã, no início dos anos 80 e Branco Pérez Álcool no município de Adamantina, também na década de 80.

A destilaria Vale Verde S. A fundada através da associação de empresários de Dracena e Junqueirópolis na segunda fase do PROÁLCOOL manteve-se em atividade até meados de 1998. Em virtude da crise que afetava o setor canavieiro, após o período da desregulamentação a empresa encerrou as suas atividades e só retornou ao cenário sucroalcooleiro em 2001 (GIL, 2007, p.248) por intermédio do Grupo Silveira Barros. A partir da aquisição da empresa pelo capital pernambucano, esta mudou sua razão social e passou a se chamar Usina Alta Paulista (USALPA).

Fato semelhante ocorreu com a antiga Destilaria Gantus da pequena cidade de Borá, localizada também na Alta Paulista. A destilaria, fechada em 1986, “ressurgiu das cinzas” depois de quase dezesseis anos graças ao Grupo Toledo, tradicional produtor do estado de Alagoas desde os anos 30. Em sua primeira safra (2005-2006) a destilaria que agora mudou sua razão social para Usina Ibéria, processou cerca de 560 mil toneladas de cana-de-açúcar, cultivada em 5,5 mil hectares, sendo que a maioria da cana é própria e o restante advém de fornecedores. A intenção inicial dos empreendedores alagoanos era de que na safra seguinte a área plantada aumentasse 3000 hectares, o que corresponderia a 750 mil toneladas de cana-de-açúcar processadas. E na safra de 2008-2009 a empresa espera aumentar a moagem para 1,4 milhão de toneladas, já que a tendência é aumentar cada vez mais a área plantada.

O município de Borá apresentava segundo o Censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - em 2000, uma população de 795 indivíduos. Após a reativação da antiga usina a população apresentou um aumento de 300 indivíduos, o que comprova a enorme dependência das pequenas cidades da Alta Paulista com as empresas do setor sucroalcooleiro, uma vez que o comércio é aquecido, novas necessidades de

mercado aparecem e, principalmente, as arrecadações desses municípios aumentam.

Se por um lado, presenciamos em algumas áreas o desenvolvimento e o fortalecimento das economias de pequenos municípios, sustentadas pela nova dinâmica do mercado de trabalho no setor sucroalcooleiro, por outro lado, assistimos a uma nova fase de precarização da força de trabalho, de uma crescente concentração fundiária e do risco (in)calculável que a monocultura oferece.

Curiosamente, o trabalhador da Alta Paulista vive um paradoxo: enquanto sua expectativa se torna otimista em virtude da exaltação de parte da imprensa, dos atores envolvidos e do senso comum acerca da criação das novas instalações do setor sucroalcooleiro e do conseqüente aumento da área plantada, fato que, segundo alguns segmentos da imprensa e empresários do setor, aquecerá o mercado de trabalho, criando mais vagas, por outro lado, temem a inevitável mecanização no setor. Com a mecanização da colheita da cana-de-açúcar muitos postos de trabalho serão reduzidos, muitos trabalhadores serão excluídos do mercado de trabalho, uma vez que grande parte dos cortadores-de-cana não tem nenhuma qualificação.

Cabe ressaltar que o freqüente deslocamento dos grupos produtores nordestinos para outras áreas canavieiras,

resultando em fusões ou aquisições das pequenas destilarias, reflete uma tendência nos últimos anos presente no setor sucroalcooleiro no Centro-Sul e, particularmente, na Alta Paulista. Com a desregulamentação do setor na década de 90 (fevereiro de 1999) verifica-se no Centro-Sul a ocorrência de fusões e incorporações nesta região que é a mais dinâmica do complexo sucroalcooleiro do Brasil. Quando não se verifica a presença do capital estrangeiro nessas fusões, constata-se o deslocamento de grupos nordestinos³, uma vez que estes grupos pretendem se aproximar do maior nicho do mercado consumidor interno ao mesmo tempo em que se beneficiam de terras mais férteis para o plantio e áreas mais propícias à mecanização, além do fato de que nesta região a infra-estrutura rodoviária é mais sofisticada, o que facilita o transporte e a escoação do produto.

A despeito das aquisições protagonizadas pelo capital estrangeiro, vale destacar que a mais recente aconteceu em Goiás. A companhia de petróleo BP

³ De acordo com alguns empregados da Parapuã Agroindustrial, esta destilaria foi recentemente adquirida pelo Grupo Toledo, o mesmo que reativou a antiga Usina Gantus (hoje Ibéria) na cidade de Borá. Como a informação é de caráter oficioso, adiante, na fase de pesquisa de campo, será confirmada. Segundo a Gazeta Mercantil (05/11/2004) o Grupo Alagoano Olival Tenório investiu, em 2002, 17 milhões de reais na compra da Destilaria DECASA, que estava desativada, além de implantar extensa área de lavouras, calculada em 22 milhões de reais. Fato que comprova a tendência do deslocamento do capital nordestino para a região Centro – Sul do país, e, em particular, São Paulo.

(British Petroleum), classificada como uma das maiores petroleiras do mundo, adquiriu 50% das ações da usina Tropical Bioenergia S. A, considerada pelos especialistas do setor como uma *joint venture* entre a Santa Elisa Vale (tradicional produtora de açúcar e álcool) e o grupo Maeda (grande produtor agrícola). O acordo prevê investimentos da ordem de R\$1,66 bilhão, quantia irrisória se comparada com o que está previsto nos próximos anos para o setor canavieiro. Informações veiculadas nos meios de comunicação do setor sucroalcooleiro e na mídia, em geral, admitem o surgimento de um novo ciclo de investimentos na agroindústria canvieira, dada a constante participação dos fundos e bancos de investimento, como Carlyle e Goldman Sachs, acompanhados de grandes comercializadoras de commodities, como por exemplo, Louis Dreyfus e Mitsui, além de grandes investidores do porte de George Soros (BRITO, 2008).

Como as empresas do setor não ficam alheias às tendências do mercado, o grupo COSAN, que lidera a produção do setor sucroalcooleiro no Brasil, desembolsará cerca de US\$ 950 milhões para assumir as operações da empresa americana Exxon Mobil no país, mais conhecida como ESSO. Assim, para os analistas, a COSAN torna-se o único grupo do setor sucroalcooleiro no Brasil a acumular as operações de produção,

distribuição e comercialização do álcool (ARAUJO; BRITO, 2008).

No que tange às instalações das destilarias autônomas na segunda fase do PROÁLCOOL, a destilaria autônoma de álcool carburante no município de Lucélia foi fundada em outubro de 1979 por um grupo de agricultores e empresários. Na sua primeira safra em 1981 foram moídas 34.605 toneladas de cana-de-açúcar e produzidos 1.816.000 litros de álcool hidratado com uma produtividade de 52,49 litros/t de cana. Na safra de 2008/2009 a empresa espera moer 2,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, fato que comprova seu investimento ao longo dos anos na expansão de seu parque agrícola e industrial. Apesar desses investimentos, a empresa ainda não aderiu ao corte mecanizado e predomina ainda o corte manual, no entanto, segundo o diretor superintendente da empresa, dentro dos próximos anos esta participará da redução das queimas da palha da cana-de-açúcar. (UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA, 2008)

A fundação da Central de Álcool Lucélia, hoje denominada Bioenergia do Brasil S.A, esteve também combinada com a ocorrência da grande geada de 1975 que devastou as plantações de café na Alta Paulista. Sobre a fundação da destilaria e seu contexto A União dos Produtores de Bioenergia revela que:

Naquela época, a região ainda sentia as conseqüências da grande geadada ocorrida em julho de 1975, que praticamente havia destruído toda a cultura de café existente, provocando a evasão das pessoas que moravam nas propriedades rurais. Era premente encontrar mais uma alternativa para os agricultores de modo geral.

Com apoio da prefeitura, na época, este mesmo grupo de agricultores visitaram uma destilaria que estava sendo montada em Junqueirópolis e outra que já operava em Valparaíso, onde tomaram conhecimento dos aspectos operacionais bem como os logísticos para constituição de uma empresa dessa natureza. Foi quando então os agricultores e empresários da região passaram a ser convidados para participarem do empreendimento.

Contando sempre com o apoio da prefeitura, os vereadores e agricultores que lideravam o movimento passaram a percorrer as propriedades expondo o que era o Proálcool e a incentivá-los a cultivar a cana-de-açúcar. [...] Quando a empresa foi fundada, era constituída por 55 acionistas. Atualmente a Central de Álcool é constituída por 44 associados, a maioria absoluta remanescentes da época da fundação.

A partir das informações acima é possível constatar a consubstanciação de interesses envolvendo os mais diversos atores na instalação de destilarias autônomas no contexto da segunda fase do PROÁLCOOL na Alta Paulista. Enquanto que naquela época a instalação de novas destilarias autônomas se justificava pela premente necessidade de

substituição de energia ou da gasolina, atualmente a expansão das unidades de processamento da cana está sob a égide das energias renováveis defendidas pelo Protocolo de Kyoto, pela crescente fabricação de carros flexíveis e pela empolgação e valorização dos biocombustíveis, além, é claro, da vigente instabilidade nos preços do barril de petróleo.

O resultado desta expansão desmedida durante o PROÁLCOOL foi o avanço do capital monopolista na agricultura sob o discurso falacioso de geração de novos empregos (o corte e o plantio da cana são sazonais), enquanto que atualmente presenciamos no setor uma nova fase de concentração e centralização de capitais e ainda de concentração fundiária, uma vez que pequenos e médios proprietários de terra arrendam suas propriedades para as usinas, comprometendo, portanto, a produção de alimentos básicos, o que acaba encarecendo estes produtos. Outra causa advinda da desmedida expansão das unidades processadoras de cana e suas áreas plantadas se refere à sujeição ou dependência econômica que pode causar nas regiões onde predomina a monocultura deste produto (CAMARGO, 2008, p. 59).

Retornando à exposição acerca da criação das destilarias autônomas na Alta Paulista dentro do contexto da segunda

fase do PROÁLCOOL, a fundação da Destilaria Califórnia, atualmente com sua razão social mudada para Parapuã Agroindustrial S/A, se deu em 23/11/1980.

A DACAL – Destilaria de Álcool Califórnia, nasceu dos esforços e responsabilidade de um grupo formado por 63 empreendedores que, empunhando a bandeira do Proálcool, atenderam ao chamamento da pátria frente à crise do petróleo. Foi fundada em 23 de novembro de 1980. A construção do parque industrial foi na Fazenda São Francisco, no município de Parapuã/SP, próximo à rodovia Assis Chateaubriand (SP-425), Km 391.

Na primeira safra, em 1983, a DACAL moeu 259 mil toneladas de cana-de-açúcar e produziu 19.623.000 litros de álcool combustível. Após várias crises econômicas que abalaram o país, o grupo que fundou a destilaria se desfez e a DACAL passou a ser uma empresa familiar. [...]

A partir de 1995, depois de estudos de viabilidade econômica, a DACAL ampliou a sua área agrícola e diversificou suas atividades, passando à produção de açúcar. Atualmente, a unidade produz álcool hidratado, álcool anidro e açúcar. (UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA, 2008).

Além da consubstanciação de interesses dos diversos atores na instalação das destilarias autônomas da Alta Paulista, verifica-se a associação de numerosos empresários e pecuaristas com vistas à constituição de sociedades anônimas e cooperativas com o objetivo

de aumentar o número de fornecedores para a empresa. Todavia, ao longo dos anos observa-se que os empresários mais pobres desse setor são gradativamente eliminados pelos mais ricos (Andrade, 1994, p. 61), o que acaba gerando uma maior concentração no controle das unidades processadoras e da própria terra. Uma outra tendência pode ser notada na organização pelas próprias destilarias de empresas subsidiárias que se ocupam da produção canavieira, eliminando, portanto, os produtores independentes e expandindo sobremaneira as áreas plantadas. É o caso, por exemplo, da destilaria FLORALCO em Flórida Paulista.

Desativada em meados da década de 80, devido a uma das crises no setor, a destilaria FLORALCO pertencia à UNIVALEM. Em 1989 foi adquirida pelo Grupo Bertolo que acumulava certa experiência no setor desde os anos 30. A empresa faz parte de um conglomerado de quatro empresas, sendo duas estabelecidas em Pirangi - SP e duas em Flórida Paulista. Em Pirangi se localiza a Destilaria Bertolo e a Bertolo Agropastoril, enquanto que em Flórida Paulista se estabeleceu a FLORALCO Açúcar e Álcool Ltda e a Agro Bertolo.

Um aspecto que chama a atenção, no caso da FLORALCO, é a criação e a consolidação de uma empresa subsidiária no tocante à produção, como mencionado

anteriormente. No mesmo ano da aquisição da destilaria FLORALCO a família Bertolo fundou na mesma cidade a Agro Bertolo, empresa subsidiária que planta e fornece cana-de-açúcar para a referida destilaria. A diversificação produtiva da empresa se ocupa com a produção de açúcar VHP, com o bagaço hidrolisado, com o etanol hidratado e com o etanol anidro.

Fundada em 1982, no município de Adamantina, durante o contexto da segunda fase do PROÁLCOOL, a destilaria autônoma de álcool Branco Peres foi denominada por seus fundadores (fazendeiros e sitiantes) de ADÁLCOOL. Em 1985 o grupo familiar Branco Peres assume o controle acionário da destilaria e esta passa a se chamar Branco Peres Álcool S. A.

Atualmente a empresa é responsável pela geração de 1700 empregos diretos na indústria, no transporte, no cultivo do solo e na colheita da cana que ainda é predominantemente manual. A partir de 2002 a empresa incorporou uma fábrica anexa com vistas à produção de açúcar, mudando depois disso a sua razão social para Branco Peres Açúcar e Álcool S. A.

Após discorrermos sobre o contexto do PROÁLCOOL na Alta Paulista, em sua segunda fase, denominado de “Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo – PRÓ-OESTE” – e as principais instalações

advindas desse programa, focalizaremos no próximo item as principais transformações no espaço rural da região em estudo.

2 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO EM SÃO PAULO A PARTIR DOS ANOS 90 E O IMPACTO DESSAS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL DA ALTA PAULISTA.

É verdade consabida que a concentração latifundiária ainda é uma realidade no Brasil desde tempos imemoriais. A grande propriedade, atualmente modernizada, já não comporta mais as mesmas características de três ou quatro décadas atrás, fato consolidado após o avanço do capital monopolista no campo. Assistimos, sobretudo a partir dos anos 80 e 90, a consolidação de uma nova ordem na agricultura brasileira. A supremacia do velho latifúndio na dinâmica da agricultura cedeu espaço para a moderna empresa agrícola capitalista (GRAZIANO NETO, 1996).

Caracterizada pela elevada produtividade, pelo alto grau de assalariamento da força de trabalho, pela gerência de empresários do agronegócio, pela perfeita sintonia com o complexo agroindustrial, a grande empresa rural é artífice de uma nova dinâmica no campo,

de um novo reordenamento econômico na agricultura. Entretanto, estas transformações na agricultura brasileira não foram suficientes para melhorar a realidade do pequeno produtor nem tampouco do trabalhador volante, uma vez que o primeiro tem a sua produção determinada pelo complexo agroindustrial e o segundo convive com antigas (trabalho escravo) e novas formas de precarização do trabalho.

Quanto ao espaço urbano, a industrialização e o aumento da urbanização provocaram mudanças notadamente profundas na sociedade brasileira, haja vista o recrudescimento das favelas nas cidades de grande e médio porte, o aumento considerável de conjuntos habitacionais também verificados nas pequenas cidades, a crescente proletarização dos habitantes nestas periferias, conseqüências advindas certamente do êxodo rural, fenômeno que vem crescendo de forma alarmante nas últimas décadas. De acordo com Graziano Neto (1996, p.43) em 1950:

[...] a zona rural abrigava quase 70% dos habitantes do país, proporção que drasticamente se reduziu para perto de 25% em 1990, invertendo completamente a distribuição espacial da população. Em São Paulo, a população rural em 1990 já era, segundo o último Censo do IBGE, de 7,2 %.

Em face deste contexto, torna-se evidente a constatação de que a nova configuração do campo e das cidades da Alta Paulista está estreitamente associada à subordinação das diversas formas de produção na agricultura, à expansão, no fim dos anos 80 e durante parte dos 90, das áreas de pastagens e, mais recentemente, à proliferação da cana-de-açúcar em áreas que anteriormente eram destinadas às próprias pastagens e à policultura. Portanto, entre os diversos fatores que determinaram estas mudanças, destacamos a ocorrência da geada de 1975, das seguidas quedas no preço do café no mercado externo, da substituição sistemática das áreas cafeeiras pela cultura canavieira no contexto da segunda fase do PROÁLCOOL, e, posteriormente, a consolidação do agronegócio na região.

Todos estes fatores contribuíram direta ou indiretamente para a redução sistemática da população rural da Alta Paulista e o conseqüente enfraquecimento de sua produção diversificada, visto que pequenos e médios produtores vêm arrendando constantemente suas terras para o plantio da cana-de-açúcar.

No que consiste ao aumento da população urbana e ao declínio da população rural da Alta Paulista, observa-se a partir dos dados da Tabela 1 que este fenômeno vem se agravando profundamente nas últimas seis décadas. Em 1950, a população rural da Alta

Paulista representava mais de $\frac{3}{4}$ da população total, ou seja, havia nas cidades 78.025 pessoas enquanto no campo concentravam-se 240.713. O deslocamento da população rural para as áreas urbanas da Alta Paulista está, de certa forma, vinculado, nos anos 60, ao surgimento do trabalho volante na agricultura paulista, ou melhor, à consolidação desta nova categoria de trabalhador, uma vez que de acordo com alguns autores (ANDRADE, 1963; VASCONCELOS; 1973; e MELO 1975 *apud* GUIMARÃES, 1982) a existência desta “nova” relação de trabalho na agricultura já se verificava em outras regiões do Brasil e em outras épocas, guardadas, é claro, as suas especificidades e contextos. Assim, em 1970, época em

que se intensificava o trabalho volante na agricultura paulista, verifica-se que a população urbana desta região passa de 78.025, em 1950, para 179.572 habitantes. Se por um lado a população urbana crescia, a população rural entrava em declínio permanente, uma vez que, em 1950, esta era de 240.713 e passou para 169.970. Já em 1990, a população urbana da Alta Paulista alcançava 277.769 pessoas enquanto que a população rural decresceu consideravelmente, passando de 169.970, em 1970, para 69.322, em 1990. No início desta última década os dados do IBGE mostram que a população urbana era de 309.329 habitantes enquanto que a população rural chegava a 51.301.

Tabela 1: Evolução da População Urbana e Rural da Nova Alta Paulista (em 1000 hab).

Décadas	População Urbana	População Rural
1950	78.025	240.713
1960	142.618	278.213
1970	179.572	169.970
1980	223.471	140.453
1990	277.769	69.322
2000	309.329	51.301

Fonte: IBGE. Adaptação a partir de GIL (2006).

Com base nos dados da Tabela 1 e nas informações colhidas por alguns autores da questão agrária, procuramos mostrar em nossa análise que o êxodo rural, de modo geral, no Brasil, e de modo particular, na Alta Paulista, durante as últimas décadas esteve vinculado a diversos fatores. Enquanto nas décadas de

50 e 60 este fenômeno era fruto do desenvolvimentismo, da crescente urbanização e suas conseqüentes oportunidades de trabalho com promessas de melhores condições de subsistência, da crescente concentração latifundiária, do avanço do capitalismo monopolista na agricultura, na década de

70, 80, 90 e parte da de 2000, este fenômeno está intrinsecamente vinculado com a expansão das áreas de pastagens e as áreas canavieiras, com a nova dinâmica imposta pelo complexo agroindustrial que dita os rumos e a forma da produção na agricultura, além, é claro, com a modernização dos grandes centros urbanos. Para melhor compreendermos como se dá esta subordinação da agricultura pelo complexo agroindustrial nos últimos anos, vale destacar as características dessa estrutura produtiva:

Esse complexo produtivo inclui as fábricas de tratores e demais implementos agrícolas, as firmas produtoras de sementes, rações, agrotóxicos, fertilizantes e demais insumos, bem como engloba o setor processador de matérias primas agrícolas, como as fábricas de sucos de laranja, as usinas de açúcar, os frigoríficos, etc. Os cálculos econômicos mostram que esse “agrobusiness” movimentou entre 30 e 35 % do PIB brasileiro. (GRAZIANO NETO, 1996, p. 47).

Embora utilizemos o conceito de “complexo agroindustrial” é importante ressaltar que não pretendemos ampliá-lo como um modelo geral e explicativo acerca da apropriação capitalista da agricultura brasileira, mas sim os principais aspectos do processo de modernização da agricultura, uma vez que a utilização equivocada do conceito pode sugerir, segundo Wilkinson, uma

expressão homogênea do capital. Para o referido autor:

[...] o conceito de “complexo agroindustrial” é profundamente enganoso na medida em que implica uma forma unificada de capital. Uma vez adotada esta posição, a idéia de agroindústria e da agricultura familiar reproduzindo a relação capital / trabalho torna-se prontamente aceitável. (WILKINSON, 1986 p. 210).

O cuidado que se deve tomar em relação à utilização do termo é que os diversos setores da agroindústria possuem, segundo Wilkinson, relações autônomas e, até certo ponto, conflitantes com o processo agrícola direto. Ao invés de uma combinação dos diversos setores voltada para uma subordinação unificada, ocorre antes de tudo, a busca por cada um desses setores de um mercado específico para escoar os seus produtos.

Durante a década de 80, a polêmica em torno da utilização do referido conceito adquiriu grande importância no espaço acadêmico envolvendo dois dos principais estudiosos da questão agrária, como por exemplo, Szmrecsányi, que defendia uma “perspectiva sistêmica”, e Müller, que utilizou em seus trabalhos o termo “complexo agroindustrial”. Entretanto, quem primeiro utilizou o termo no Brasil foi Guimarães no início dos anos 70, influenciado pela leitura de um artigo de dois economistas

americanos, datado de 1957 (RAMOS et al, 2007).

Guardadas as dissensões existentes quanto ao uso correto do conceito, todos os estudiosos são unânimes em afirmar que o novo modelo de gestão da agricultura só é amplamente festejado pelos empresários do agronegócio e por parte da imprensa, pois os trabalhadores e os pequenos produtores não têm motivos para comemorar o grande *boom* da produtividade da cana, da soja, do café, da laranja e de outros produtos. Num recente artigo, publicado na revista *Lutas & Resistências*, na cidade de Londrina, os autores Silva e Martins (2006, p. 91-92) ressaltam que:

A partir da década de 1990, foi sendo gestada a ideologia do agronegócio, no Brasil, que consiste em demonstrar que a aplicabilidade da ciência na agricultura, por meio de tecnologias cada vez mais sofisticadas, por grandes empresas nacionais e internacionais, é o modelo de progresso associado ao desenvolvimento econômico. Esta demonstração ganha força a partir dos dados quantitativos apresentados. Os números acerca do aumento da produção e da

produtividade de grãos, tais como soja, café, algodão, cana-de-açúcar, bem como os derivados álcool, suco de laranja, além de outros produtos, são cada vez mais crescentes e contribuem para dinamizar as indústrias que fornecem equipamentos, máquinas e insumos empregados pelas empresas agrícolas, espalhadas por todas as regiões do país. Assim, por exemplo, notícias veiculadas pelos *media* acerca dos milhões de toneladas de soja, de açúcar, dos bilhões de litros de álcool são o certificado do sucesso deste modelo, algo verificado nas grandes feiras agrícolas – Agrishows – realizadas em várias cidades do país, onde são feitos grandes negócios, cujas cifras atingem, como na última feira de Ribeirão Preto, mais de um bilhão de reais!

Embora os autores afirmem uma movimentação de mais de um bilhão de reais no evento de 2006, números demonstrados na Folha de São Paulo – praticamente dois anos depois, com base nos dados da Agrishow – afirmam que foi de 500 milhões de reais (FEIRA terá mais de mil demonstrações de máquinas em cinco dias, 2008). De acordo com a Tabela 2, a edição do evento que movimentou a cifra assinalada pelos autores acima, foi a de 2004.

Tabela 2: Público, Expositores e Faturamento da Agrishow em Ribeirão Preto no período 2002 / 2008.

Ano	Público, em mil	Expositores	Faturamento em R\$ milhões
2002	135	450	435
2003	140	540	867
2004	155	604	1.288
2005	145	640	688
2006	115	700	500
2007	140	700	710
2008	135	745	800

Estimativa. Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados da Agrishow, divulgados no jornal Folha de São Paulo.

Tanto as pastagens quanto a lavoura canavieira contribuíram decisivamente para o aumento deste contingente de trabalhadores assalariados, uma vez que o pequeno produtor é obrigado a se deslocar para as cidades da região em busca de trabalho. É claro que com o aumento das pastagens este deslocamento não se deu de forma imediata, já que uma parcela destes arrendatários permaneceu em distritos da região desenvolvendo algumas atividades agrícolas, como afirmam Maria; Hespanhol (2003, p. 54):

Residindo no Distrito, parte destes pequenos produtores continuaram resistindo nas atividades agrícolas, embora as dificuldades fossem gradativamente aumentando, seja pela não disponibilidade de terras para arrendar, a falta de implementos agrícolas para produzir e, sobretudo, a falta de crédito rural e condições econômicas.

Após os anos 80, outro fator veio contribuir para o agravamento da situação dos pequenos produtores do Distrito de Guachos; a instalação da Destilaria de Álcool Califórnia (DACAL) no município de Parapuã. Esta usina arrendou grandes

extensões de terras nas proximidades do Distrito, trazendo por um lado, a possibilidade de emprego para os trabalhadores volantes no corte da cana, mas, por outro lado, intensificando as dificuldades dos pequenos produtores em arrendar terras para o plantio de lavouras.

Continuando a exposição, as autoras afirmam que a situação se agravou ainda mais para os pequenos produtores daquele distrito, em fins dos anos 90, quando ocorreu a instalação de outra usina: a Alto Alegre – Unidade Floresta, que também arrendou enormes áreas para o cultivo da cana.

A situação dos pequenos produtores do Distrito de Guachos, revelada neste estudo de caso, é apenas uma das facetas verificadas na agricultura da Alta Paulista após a expansão das pastagens, durante os anos 80, e das áreas canavieiras, também nos anos 80 até os dias de hoje, esta última, traço mais forte do agronegócio no fim do século XX e início do século XXI.

A nova configuração da agricultura da Alta Paulista após os anos 90 é marcada pelo predomínio da cultura canavieira, pelas (re)instalações das unidades processadoras de cana-de-açúcar, pelo esgotamento da agricultura familiar, embora persista a produção de leite, frutas, seringueira, café e outras atividades, como os pesqueiros, por exemplo.

Entretanto, em vista do “mar de cana”, alimentado pelo badalado discurso das energias renováveis, a diversificação de produtos tem ínfima participação, pois é limitada pela lógica do agronegócio, uma vez que o pequeno produtor não possui capital suficiente para investir na sua produção nem tampouco para reiniciar atividades mais lucrativas. Além disso, as áreas que anteriormente eram destinadas à cafeicultura ou à policultura, são ocupadas pela cana, visto que durante os últimos anos as pastagens – que substituíram a cafeicultura e a própria lavoura canavieira, devido à crise no setor em fins dos anos 80 – estão liberando grandes extensões de terra para o plantio da cana.

Em reportagem veiculada no *Globo Rural*⁴, constatou-se a crescente valorização das terras na região da Alta Paulista e Noroeste, fato que vem causando o deslocamento dos pecuaristas para áreas de outros estados, uma vez que segundo alguns produtores entrevistados,

o aluguel das terras para o cultivo da cana gera maior lucratividade. E esta tendência da expansão canavieira no estado de São Paulo não se verifica apenas nas áreas destinadas à pecuária. De acordo com Camargo (2007, p. 35):

A substituição de algumas culturas pela cana-de-açúcar no período recente, como no caso da laranja, por exemplo, deve-se à maior competitividade desta última e por preços mais atraentes, em função do aumento das exportações de açúcar nos últimos anos e pelo crescimento do mercado de álcool anidro, misturado à gasolina e do álcool hidratado.

Assim, a valorização da terra, a boa receptividade obtida pelo açúcar e o álcool no mercado externo, o aumento das vendas de veículos *flex*, as freqüentes altas nos preços dos barris de petróleo, decorrentes, em parte, do esgotamento dos combustíveis fósseis e a tendência mundial na utilização de energias renováveis são, certamente, os principais fatores que contribuem, direta ou indiretamente, para a expansão descontrolada da cana-de-açúcar no Centro-Sul e, particularmente, na Alta Paulista.

Para ter uma noção da importância deste fato, em 2000, a cana-de-açúcar ocupava nesta unidade federativa, mais de 45% das áreas de lavoura, sendo, portanto, a principal atividade geradora de postos de trabalho na agricultura paulista

⁴ Reportagem exibida no dia 20/03/2007.

(CAMARGO, 2007). Atualmente, na safra 2008-2009, os números são ainda mais expressivos, uma vez que 32 usinas⁵ devem ser inauguradas neste ano no país, sendo 13 delas em São Paulo. São números que geram expectativas também quanto ao processamento da cana, já que as estimativas dão conta de um aumento de 12%. De acordo com o site do IEA (INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA), a presente safra no estado de São Paulo atingirá a marca de 337 milhões de toneladas, 3% mais do que a anterior, sendo que o Centro – Sul será responsável por uma produção de 498 milhões de tonelada neste período, segundo a UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Do outro lado da moeda”, enquanto os trabalhadores conheceram novas formas de precarização das condições de trabalho, nas quais, se convive ainda com o trabalho escravo, a terceirização e a eliminação de postos de trabalho, advinda da crescente mecanização nas lavouras, os pequenos produtores, por sua vez, tiveram sua produção estrangulada pela preferência na concessão de créditos voltada unicamente para os produtos

altamente exportáveis, fato que culminou na proletarização destes trabalhadores, visto que muitos perderam suas propriedades e se deslocaram para os centros urbanos, passando a compor o enorme contingente de trabalhadores volantes. E o processo de estrangulamento da agricultura familiar segue seu curso atualmente, não mais com a restrição do crédito agrícola, mas com as determinações do agronegócio. Esta realidade, verificada na agricultura brasileira, também se reflete nesta pequena porção do estado de São Paulo, a Alta Paulista.

A expansão da cana-de-açúcar no campo e a conseqüente transformação de produtores rurais, num primeiro momento, em meros arrendatários, e, posteriormente, em assalariados, têm evidenciado a perda da identidade dos pequenos e médios produtores com a terra, visto que sua atividade não está mais voltada para a produção. A paisagem rural da Alta-Paulista, assim como a de outras regiões de São Paulo e do Brasil, que sofrem com o surto da expansão canavieira, adquire a conotação de um “mar de cana” que circunda fazendas, rodovias e rios, causando sérias complicações sociais e ambientais.

⁵ Notícia veiculada no telejornal regional TV Fronteira no dia 07/04/2008.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.
- ARAUJO, P.; BRITO, A. *COSAN adquire ativos da Esso no Brasil*. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 abr. 2008, Caderno Dinheiro B4.
- BRAY, S.C.; FERREIRA, E.R. & RUAS, D.G.G. *As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil*. Marília: UNESP – Marília – Publicações, 2000.
- BRITO, A. *PETROLEIRA BP investe no álcool brasileiro*. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 abr 2008, Caderno Dinheiro B3.
- CAMARGO, A.M.M.P et al. Dinâmica e tendência da expansão da cana-de-açúcar sobre as demais atividades agropecuárias, no estado de São Paulo, 2001– 2006. *Informações econômicas*, São Paulo: v.38, p. 47-66, n° 3, mar. 2008.
- CAMARGO, J.M. *Análise do emprego na agricultura paulista nos anos 90*. 2007. 196 f. (Doutorado em Ciência Econômica). UNICAMP, Campinas.
- FEIRA terá mil demonstrações de máquinas em cinco dias. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 abr 2008, Caderno Dinheiro B8.
- GIL, I.C. *Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos*. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. Tese de Doutorado, 395 p., Presidente Prudente, 2007.
- GRAZIANO NETO, F. *Qual reforma agrária?* São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- GUIMARÃES, A.P. *A crise agrária*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2ª edição, 1982.
- HESPANHOL, R.A. M. ; MARIA, L.X. As particularidades do trabalho temporário do Distrito de Guachos, município de Martinópolis-SP. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, P.45-61, Disponível em <www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>. Acesso em: 27 mar. 2008.
- INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br/out/index.php> Acesso em: 23 abr. 2008.
- MARTINS, R.C. ; SILVA, M.A. de M. Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio. *Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, p. 91-106, set. 2006.
- RAMOS, P. et al. *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007. 360p.(NEAD Estudos).
- SOARES, A.R. *Um século de economia açucareira-Evolução da moderna agroindústria do açúcar em São Paulo, de 1877 a 1970*. São Paulo: Clíper Editora, 2000.
- SZMRECSÁNYI, T. ; MOREIRA, E.P. O Desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil desde a segunda guerra mundial. *Estudos Avançados* v.11, n.5, p.57-79, 1991.
- UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA. Associadas. Disponível em:<www.udop.com.br>. Acesso em: 28 mar. 2008.

VIAN, C.E.F. *Agroindústria canavieira: Estratégias competitivas e modernização*. Campinas, SP: Ed. Átomo, 2003.

WILKINSON, J. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: CEPA-BA, 1986.

Informações bibliográficas:

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

SILVA, José Hélio da. UM PERFIL DA EXPANSÃO CANAVIEIRA NA ALTA PAULISTA. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1, 30 junho 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada101/04josehelio.pdf>>. Acesso em: __.__.20__.